



701580



**Instrumento Particular de Escritura da Décima Emissão
Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série
Única, da BMG Leasing S/A Arrendamento Mercantil**



Pelo presente instrumento particular,

BMG Leasing S/A Arrendamento Mercantil, com sede e foro em Contagem-MG, Rua Flávio Annes Guimarães, 235, Bairro Inconfidentes, CEP: 32265-080, com seus atos constitutivos arquivados na JUCEMG sob o nº 3130003197-7, em 26.04.73, inscrita no CNPJ sob o nº 34.265.561/0001-34, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente **Emissora**,

Oliveira Trust DTVM Ltda., com sede na Av. das Américas, 1500; Bl. 13 -GR 205, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, neste ato representada na forma de seu Contrato Social como **Agente Fiduciário**, autorizado pelo Banco Central do Brasil, doravante denominado **Agente Fiduciário**,

Comercial Mincira S.A., com sede e foro em Belo Horizonte-MG à Av. Álvares Cabral, 1707, Bairro Santo Agostinho, CEP: 30.170-001, com seus atos constitutivos arquivados na JUCEMG sob o nº 3130003248-5, em 21.11.58, inscrita no CNPJ sob o nº 17.167.727/0001-60, Inscrição Estadual nº 062.244.283-0034, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada **Interveniente Garantidora ou Fiadora**,

Flávio Pentagna Guimarães, brasileiro, viúvo, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, à Rua Alumínio, 251 - apt. 901 - Serra, CEP: 30.220-090, portador da Carteira de Identidade nº M-89.245, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.679.706-72, como **Interveniente Garantidor ou Fiador**,

Os dois últimos, quando referidos em conjunto, denominados **Intervenientes Garantidores**,

vêm, por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Décima Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da BMG Leasing S/A Arrendamento Mercantil" ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula I

Da Autorização

Esta **Escritura** foi celebrada com base em deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da **Emissora**, realizada em 23 de outubro de 2000 ("AGE de 23 de outubro de 2000").

Página 1 de 17

701582



Adicionalmente, a AGE de 23 de outubro de 2000 delegou ao Conselho de Administração ("CA") da **Emissora**, (i) poderes para deliberação sobre o disposto no parágrafo 1º do artigo 59, da Lei n.º 6.404/76; (ii) poderes para cancelar as sobras de Debêntures do prazo de distribuição, bem como daquelas em tesouraria, neste último caso mediante declaração do **Agente Fiduciário** de que as Debêntures canceladas não são de titularidade de debenturistas.

Cláusula II

Dos Requisitos



A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

II. 1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A presente emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada simplesmente "CVM", na forma das Leis n.ºs 6.385, de 07 de dezembro de 1.976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

II. 2. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

A ata da AGE de 23.10.2000 que deliberou sobre a presente emissão será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e publicada no "Diário Oficial do Estado de Minas Gerais" e no Jornal "O Tempo".

II. 3. Registro da Escritura


A presente Escritura será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da sede da **Emissora**, nos termos do artigo 62, II da Lei 6.404/76.

Cláusula III

Das Características da Emissão e das Debêntures

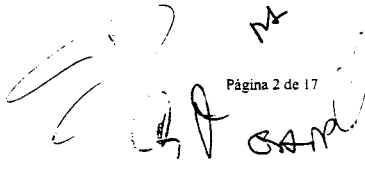
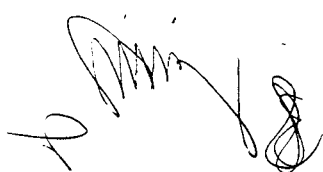
As Debêntures, cujas condições e características seguem transcritas, serão emitidas observando-se o seguinte:

III. 1. Número da Emissão

 Esta é a 10ª (décima) emissão de Debêntures.

III. 2. Data de Emissão, Prazo e Data de Vencimento

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de novembro de 2000, com prazo de 36 (trinta e seis) meses contados da data da respectiva emissão e vencimento em 01 de novembro de 2003.

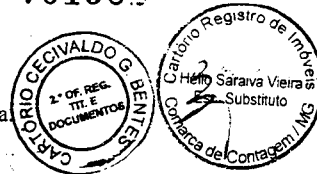


Página 2 de 17

701000

III. 3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

Serão emitidas 70.000 (setenta mil) Debêntures, em série única.

**III. 4. Valor Nominal Unitário e Montante da Emissão**

O valor nominal unitário das Debêntures, na data de emissão, será de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo o total da emissão de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), na data de emissão.

III. 5. Forma e Conversibilidade

As Debêntures serão da forma nominativa-escritural, não conversíveis em ações.

III. 6. Espécie

As Debêntures serão da espécie subordinada.

III.6.1. Garantia Adicional Fidejussória

A **Interveniente Garantidora**, Comercial Mineira S.A. e o **Interveniente Garantidor**, Flávio Pentagna Guimarães concedem a presente fiança, em que se obrigam, solidariamente, como fiadores e principais pagadores, de forma irrevogável e irretroatável, com renúncia expressa ao benefício de ordem e aos benefícios dos artigos 1491, 1493, 1498, 1499, 1500, 1502, 1503 e 1504 do Código Civil, 261 e 262 do Código Comercial e artigo 595 do Código de Processo Civil, pelo pagamento, na data de seu vencimento, do valor nominal unitário das Debêntures, acrescido de remuneração e encargos moratórios contratados, se houver, inclusive decorrentes de eventuais demandas judiciais, bem assim na liquidação de todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias, assumidas pela Emissora, nos termos desta **Escritura**.

Os **Intervenientes Garantidores** declaram terem sido atendidos todos os requisitos legais para a prestação da garantia fidejussória, bem como ter plena capacidade para firmar a fiança na presente Escritura.

III. 7. Preço de Subscrição e Integralização

O preço de subscrição será o valor nominal unitário das Debêntures, acrescido da remuneração calculada de acordo com o item III.8. "Remuneração", desde a data da emissão, até a data da efetiva subscrição. A integralização, será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

III. 8. Remuneração**III.8.1. Juros**

As debêntures renderão juros correspondentes à taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada "Taxa DI" (*over* extra-grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP- Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, doravante simplesmente "Taxa DI".

Página 3 de 17

701583



III.8.2. Prêmio

A "Taxa DI" será acrescido um prêmio de forma exponencial, de 0,8% (zero vígela por cento) ao ano, base 252 dias úteis.

III.8.3. Forma de Cálculo

Os juros e o prêmio serão calculados exponencial e cumulativamente *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário da debênture, desde a data de emissão ou data de vencimento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento de cada parcela de remuneração, de acordo com os critérios estabelecidos nesta cláusula.

III.8.4. Periodicidade de pagamento

A remuneração das debêntures será paga mensal e sucessivamente juntamente com as amortizações programadas, a partir de 01 de março de 2001, sempre no 1º dia de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente, conforme o disposto no item III.15. Prorrogação dos Prazos.

III.8.5. Fórmula de cálculo da remuneração

$$R = (S)VN \times \left[(f_1 \times f_2 \times \dots \times f_j) - 1 \right]$$

em que,

R = valor da remuneração a ser paga nas datas de vencimento;
(S)VN = valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme o caso;

(f₁ x f₂ x f_j) = fator de variação acumulado da remuneração, calculado conforme fórmula abaixo:

Os termos f₁, f₂, f_j serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left[(1 + \text{Taxa DI}_j) \times (1 + P) \right]^{\frac{1}{252}}$$

em que,

f_j = fator diário da remuneração referente ao dia "j";

Taxa DI_j = Taxa DI, referente ao dia "j", expressa em percentual ao ano, na forma unitária;

P = taxa de prêmio de 0,8 % ao ano, expressa na forma unitária.

III.8.6. Da Taxa DI

Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI como referencial de

701532



remuneração das debêntures, conforme definido nesta **Escritura**, será utilizada a taxa que vier a substituí-la. Na ausência de um substituto legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Especial de Debenturistas para a deliberação, no prazo máximo de 30 dias, do parâmetro de remuneração a ser proposto pela **Emissora**.

III. 9. Amortização Programada

O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em 33 (trinta e três) parcelas mensais e sucessivas, sendo as primeiras 32 parcelas no valor de R\$ 30,30 (trinta reais e trinta centavos) cada, e a 33ª e última parcela no valor de R\$ 30,40 (trinta reais e quarenta centavos), ocorrendo a primeira amortização em 01 de março de 2001, e as demais no 1º dia de cada mês, ou no primeiro dia útil subsequente, conforme o disposto no item III.15 "Prorrogação Dos Prazos".

III. 10. Registro Para Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no SND (Sistema Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).

III. 11. Publicidade

A primeira publicação do anúncio de início de distribuição, mencionado no artigo 25 da Instrução CVM 13/80, será feita no jornal "Valor Econômico", a segunda publicação no Jornal "Gazeta Mercantil" e todos os demais atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser objeto de aviso mediante publicação no jornal "Valor Econômico", devendo a **Emissora** avisar, tempestivamente, o **Agente Fiduciário** da realização de qualquer publicação.

III. 12. Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, o débito em atraso ficará sujeito a multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento), além da remuneração estabelecida nesta **Escritura**, acrescida de 1% (um por cento) ao mês, a título de juros moratórios, calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

III. 13 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

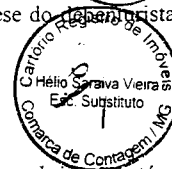
Sem prejuízo ao disposto no item anterior, III.12 "Encargos Moratórios", o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da **Emissora**, nas datas previstas nesta escritura, ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de rendimentos no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

III. 14. Local do Pagamento

Os pagamentos referentes ao valor nominal unitário e rendimentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados por meio da CETIP, ou por instituição financeira contratada pela



701583



Emissora para esse fim ou, em último caso, na sede da **Emissora**, na hipótese do **Debenturista** não estar vinculado àquele sistema.

III. 15. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes aos pagamentos de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário em todo o país, sem nenhum acréscimo a qualquer título nos valores a serem pagos.

III. 16. Resgate Antecipado Facultativo

A **Emissora** reserva-se o direito de, a qualquer tempo, promover o resgate antecipado das Debêntures da presente emissão em circulação, pelo preço do saldo do valor nominal unitário acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* até a data do efetivo resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio coordenado pelo **Agente Fiduciário**.

O resgate deverá ser precedido da publicação de "Aviso aos Debenturistas" conforme o item III. 11 – "Publicidade", com antecedência mínima de 30 dias da data do resgate. A **Emissora** reembolsará aos debenturistas o valor correspondente à "Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira" – CPMF (ou do tributo que vier substituí-la) incidente sobre o valor resgatado. As Debêntures que vierem a ser resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

III. 17. Vencimento Antecipado

O **Agente Fiduciário** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta **Escritura**, e exigir da **Emissora** e dos **Intervenientes Garantidores** o imediato pagamento do valor nominal unitário das debêntures, acrescido da remuneração aplicável até a data do efetivo pagamento, e de encargos moratórios, se houver, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) protesto legítimo de títulos contra a **Emissora** e/ou **Banco BMG S/A**, em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), não sanado em 30 (trinta) dias;
- b) intervenção ou liquidação extrajudicial da **Emissora** e/ou **Banco BMG S/A**;
- c) falta de cumprimento pela **Emissora** de qualquer obrigação prevista nesta **Escritura**, não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do aviso que lhe for enviado pelo **Agente Fiduciário**;
- d) vencimento antecipado de qualquer dívida da **Emissora** e/ou **Banco BMG S/A**, em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta emissão;
- e) em caso de cisão, fusão, incorporação ou mudança de controle acionário da **Emissora** e/ou **Banco BMG S/A**.

Página 6 de 17

III.18 Repactuação

Não haverá repactuação para as debêntures da presente emissão.

III.19. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá adquirir as debêntures da presente emissão em circulação, a qualquer tempo, por preço equivalente até ao valor nominal unitário remanescente acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2o da Lei no 6.404/76.

As debêntures que vierem a ser adquiridas antecipadamente pela Emissora poderão permanecer em sua tesouraria ou ser recolocadas no mercado.

III.20. Notificações

As correspondências efetuadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, deverão observar os seguintes endereços:

Para a Emissora:**BMG Leasing S/A. Arrendamento Mercantil**

Av. Álvares Cabral, 1707, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais

Diretor de Relações com Investidores: Sr. João Batista de Abreu

Fone: (0xx31) 3290-3700 - Fax (0xx31) 3290-3168.

Para o Agente Fiduciário:**Oliveira Trust DTVM Ltda.**

Av. das Américas, 500. Bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Juarez Dias Costa

Fone: (0xx21) 493-7003 - Fax (0xx21) 493-4746

Para a Interviente Garantidora:**Comercial Mineira S.A.**

Contato com Interviente Garantidora será através do Sr. Márcio Alaor de Araújo

Av. Álvares Cabral, 1707 - 3º Andar

Belo Horizonte - Minas Gerais

Fone: (0xx31) 3290-3700 - Fax (0xx31) 3290-3168.

Para o Interviente Garantidor:**Flávio Pentagna Guimarães**

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1707 - 2º andar

Belo Horizonte - Minas Gerais

Fone: (0xx31) 3290-3323 - Fax (0xx31) 3290-3315.

701533



701533



III.21. Comprovação de Titularidade

O extrato fornecido pelo Agente Escriturador, que é BANCO BRADESCO S.A., servirá como comprovante de titularidade de Debêntures, na forma disposta nos arts. 27 e 63 da Lei 6.404/76.

III.22. Banco Mandatário

Banco BMG S.A., com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Álvares Cabral, 1707, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 61.186.680/0001-74.

III.23. Banco Escriturador

Banco Bradesco S.A.
Núcleo Administrativo Cidade de Deus, Avenida Yara, s/nº, Vila Yara
Osasco - SP

Cláusula IV

Das Obrigações Adicionais da Emissora

A Emissora está adicionalmente obrigada a:

IV.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término do semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;
- cópia das informações periódicas e eventuais exigidas, pela Instrução CVM nº 202/93 nos prazos previstos na citada Instrução;
- imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada;
- proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações anuais;
- manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora;

701582



g) convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente emissão, caso o Agente Fiduciário não faça:

h) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;

IV.2. Não pagar dividendos, salvo o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures objeto da presente escritura, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.

IV.3. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

IV.4. Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, bem como fornecer aos seus debenturistas, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado.

IV.5. Manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço.

IV.6. Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

IV.7. Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

IV.8. Informar imediatamente ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer dos eventos citados na Cláusula III.17. Vencimento Antecipado.

Cláusula V

Do Agente Fiduciário

V.1. Nomeação

A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário, para representar a comunhão dos debenturistas perante a Emissora, Oliveira Trust DTVM Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual declara aceitar a função para a qual foi nomeado e todos os encargos dela decorrentes, previstos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e na Instrução CVM nº 28/83; não ter qualquer impedimento legal para aceitar a função; preencher os requisitos legais para o exercício do cargo; e aceitar a presente Escritura com todas as suas cláusulas e condições.

Página 9 de 17

701583

**V.2. Declaração**

O **Agente Fiduciário** dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

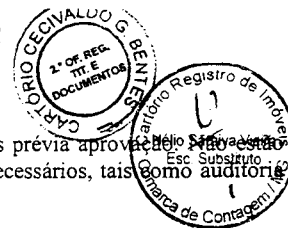
- a) sob as penas da lei não ter qualquer impedimento legal, conforme o Artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404, de 15.12.76. e os artigos 9º e 10º da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é atribuída;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31.10.1990 do Banco Central do Brasil.

V. 3. Remuneração

Será devido ao **Agente Fiduciário** a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da Lei e desta Escritura de Emissão, remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) Parcelas trimestrais de R\$2.087,00 (dois mil e oitenta e sete reais), devidas a primeira na data da concessão do registro de emissão pública pela CVM;
- b) Essa remuneração compreende a elaboração de 01 relatório anual nos termos da Legislação vigente, ocasião exclusiva em que o **Agente Fiduciário** examinará a situação das Demonstrações Contábeis da **Emissora**;
- c) Caso a Emissora tenha obrigações adicionais, além dos parâmetros que são verificados anualmente pelo **Agente Fiduciário** nos termos de suas obrigações legais, em função da qualidade de Companhia Aberta (Instrução CVM n.º 202/93), notadamente a manutenção de determinado desempenho, será devida remuneração adicional de até R\$5.000,00 (cinco mil reais) por trimestre, a ser acordada entre a Emissora e o **Agente Fiduciário**, levando-se em consideração o trabalho e responsabilidade exigidos;
- d) As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das debêntures, caso o **Agente Fiduciário** ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora ou pelos intervenientes garantidores;
- e) As parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 01.10.2000 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata* dia se necessário, até o pagamento integral do montante de emissão;
- f) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **Agente Fiduciário**, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas

701582



faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação do Substituto, incluindo igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à **Emissora**;

- g) No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o **Agente Fiduciário** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo **Agente Fiduciário** ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do **Agente Fiduciário** na hipótese da **Emissora** permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30(trinta) dias, podendo o **Agente Fiduciário** solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;
- h) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 5% (cinco por cento) e juros de mora de 1.0% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- i) Na hipótese de ocorrer o cancelamento das debêntures emitidas antes do seu vencimento, ou seu resgate total antecipado, não serão devidas as parcelas vincendas, a partir da data do registro de cancelamento da emissão junto à CVM e ao Cartório de Registro de Imóveis.

V. 4. Substituição

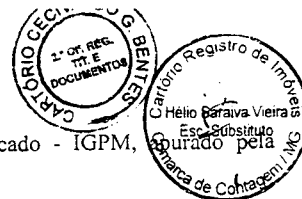
Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo **Agente Fiduciário**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **Agente Fiduciário** a ser substituído, pela **Emissora**, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à **Emissora** efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo **Agente Fiduciário**.

V.4.1. Na hipótese de não poder o **Agente Fiduciário** continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

V.4.2. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do **Agente Fiduciário**, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao **Agente Fiduciário** substituto como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados. Este valor a ser pago em caso de substituição do **Agente Fiduciário** será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da

Página 11 de 17.

701532



remuneração, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, Fundação Getúlio Vargas.

V 4.3. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do **Agente Fiduciário** e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

V 4.4. A substituição do **Agente Fiduciário** fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no do artigo 4º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83, e eventuais normas posteriores.

V 4.5. A substituição, em caráter permanente, do **Agente Fiduciário** deverá ser objeto de aditamento desta **Escritura**, devendo ser averbado no Registro de Imóveis competente.

V. 4.6. O **Agente Fiduciário** entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

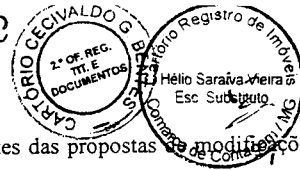
V 4.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição ao **Agente Fiduciário** as normas e preceitos baixados pela CVM.

V.5. Deveres do Agente Fiduciário

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do **Agente Fiduciário**:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a **Emissora** não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da **Emissora** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

701582



- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das Debêntures;
- h) verificar, na data da emissão desta décima emissão, quando da elaboração do relatório anual mencionado no item "n" abaixo, a regularidade da garantia fidejussória prestada, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- i) intimar a **Emissora** a reforçar a garantia prestada pelos **Intervenientes Garantidores**, caso o Patrimônio Líquido da **Interveniente Garantidora** fique abaixo de 125% do valor da presente Emissão;
- j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas da Justiça do Trabalho, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da **Emissora**;
- k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **Emissora**;
- l) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a **Emissora** deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas a publicação constantes desta escritura;
- m) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações a que lhe forem solicitadas;
- n) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
- n.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **Emissora** ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **Emissora**;
 - n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - n.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da **Emissora**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - n.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - n.5) resgate, amortização, e pagamento de juros das Debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas das Debêntures efetuadas pela **Emissora**;
 - n.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **Emissora**;
 - n. 7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela **Emissora** neste instrumento;
 - n. 8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **Agente Fiduciário**:

Página 13 de 17

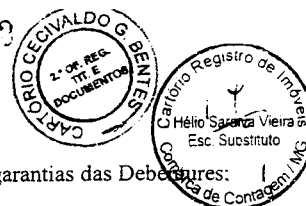
701582



- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das Debêntures;
- h) verificar, na data da emissão desta décima emissão, quando da elaboração do relatório anual mencionado no item "n" abaixo, a regularidade da garantia fidejussória prestada, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- i) intimar a **Emissora** a reforçar a garantia prestada pelos **Intervenientes Garantidores**, caso o Patrimônio Líquido da **Interveniente Garantidora** fique abaixo de 125% do valor da presente Emissão;
- j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas da Justiça do Trabalho, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da **Emissora**;
- k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **Emissora**;
- l) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a **Emissora** deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas a publicação constantes desta escritura;
- m) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações a que lhe forem solicitadas;
- n) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
- n.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **Emissora** ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela **Emissora**;
 - n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - n.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da **Emissora**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - n.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - n.5) resgate, amortização, e pagamento de juros das Debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas das Debêntures efetuadas pela **Emissora**;
 - n.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **Emissora**;
 - n. 7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela **Emissora** neste instrumento;
 - n. 8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **Agente Fiduciário**;

Página 13 de 17

701533



n. 9) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures:

o) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **Emissora**, ao menos nos seguintes locais:

- o.1) na sede da **Emissora**;
- o.2) no seu escritório ou quando instituição financeira no local por ela indicado;
- o.3) na CVM;
- o.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- o.5) na instituição financeira que lidera a colocação das Debêntures.

p) publicar, nos órgãos de imprensa em que a **Emissora** deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados nos sub-itens do item "o" acima;

q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços mediante, inclusive, gestões junto à **Emissora**;

r) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas;

s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste Instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

t) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela **Emissora** de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada, em até 30 (trinta) dias do inadimplemento, à CVM, ao Banco Central do Brasil e às Bolsas de Valores onde a **Emissora** tiver seus valores admitidos à negociação.

V. 6. Atribuições do Agente Fiduciário

O **Agente Fiduciário** usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a **Emissora** ou **Intervenientes Garantidores** para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da **Emissora**:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) executar em nome dos próprios debenturistas, a garantia adicional fidejussória concedida pelos **Intervenientes Garantidores**;
- c) tomar quaisquer providências para a realização dos créditos dos debenturistas;
- d) requerer a falência da **Emissora** nos termos do artigo 68, parágrafo 3º, alínea "c" da lei 6.404/76 e artigo 13 da Instrução CVM nº 28; e

Página 14 de 17



701532

Cláusula VI**Da Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Cláusula VII**Da Assembléia dos Debenturistas**

VII.1. Os titulares das Debêntures de que trata esta escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

VII.2. A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo **Agente Fiduciário**, pela **Emissora**, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou, ainda, pela CVM.

VII.3. Aplicar-se-á à assembléia dos debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

VII.4. A assembléia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

VII.5. O **Agente Fiduciário** deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas, ainda que não a tenha convocado, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas.

VII.6. Nas deliberações da assembléia, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

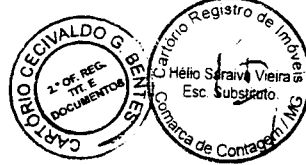
VII.7. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas neste instrumento, dependerão da aprovação de debenturistas, que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em circulação.

VII.8. Será facultada a presença dos representantes legais da **Emissora** nas assembleias dos debenturistas, bem como de seus advogados, devendo estes, quando for o caso, comparecer munidos do respectivo instrumento de mandato.

VII.9. Para efeito da constituição do "quorum" a que se refere esta cláusula, serão excluídas as Debêntures que a **Emissora** possuir em tesouraria, bem como as em poder das suas subsidiárias, controladas e coligadas.

Página 16 de 17

701583

Cláusula VIII**Do Foro**

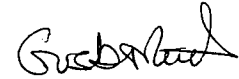
Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

Estando assim certos e ajustados, firmam esta escritura em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas ao final identificadas.

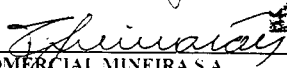
Belo Horizonte, 24 de Outubro de 2000.


BMG LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL

João Batista de Abreu
REF.: 027

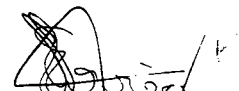

OLIVEIRA TRUST DTVM LTDA.
Gustavo Dezouart T. Pinto
CPF 021.132.867-77
OAB/RJ 92.844


Intervenientes Garantidores:


COMERCIAL MINEIRA S.A.
-Flávio Pentagna Guimarães


FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES

TESTEMUNHAS:

1ª - 
Nome: Eduardo Evangelista Corrêa
CPF: 949.407.386-04
CI: NI-7.020.532 SSP/MG

2ª - 
Nome: Janett Lucy Ferreira
CPF: 359.691.726-34
CI: MG - 1.678.341- SSP/MG

(Esta é a última folha integrante do "Instrumento Particular de Escritura da Décima Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da BMG Leasing S/A Arrendamento Mercantil").



